

JUVENTUDE  
POPULAR

# ASSEGURAR O FUTURO

Moção de Estratégia Global ao  
XXXI Congresso Nacional do CDS-PP



## Índice

<b>Construir a solução para Portugal</b>	<b>3</b>
<b>As necessidades de uma Geração</b>	<b>5</b>
A Crise da Habitação tem soluções	8
1. Aumentar a oferta	10
2. Apoio à compra e arrendamento	10
3. Tornar o regime fiscal mais justo	11
Família e Natalidade	12
1. Melhorar as urgências e o acompanhamento	13
2. Criar o “LAM” – Linha de Apoio à Maternidade	14
3. As nossas crianças	14
4. Saúde Mental	14
A Educação como base da Sociedade	15
1. Articulação entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior	16
2. Métodos de Ensino (Ensino Básico e Secundário)	17
3. Financiamento do Ensino Superior	17
4. Ação Social em âmbito académico	18
5. Alojamento Estudantil	18
6. Internacionalização	19
7. O bem-estar dos estudantes importa	19
8. Inovar na Ciência	19
9. Liberdade na educação	20
Quebrar o ciclo de pobreza	21
1. Reformar o IRS	22
2. Simplificar o Empreendedorismo e Inovação	23
3. Apoiar as empresas e os trabalhadores	24
A Segurança enquanto garantia dos nossos direitos e valores	25
1. Defesa Nacional	26
2. Cibersegurança	27
3. Segurança Interna	28
Cultura	30
1. Uma política de cultura nacional	31
2. Desburocratizar o sector da cultura	31
3. Apostar na criação de audiências	32
<b>Um partido coeso</b>	<b>33</b>
1. Simplicidade e modernidade na comunicação	34
2. Exposição de caras jovens	36
3. CDS, uma força autárquica	37
4. Europeias à vista	37



## Construir a solução para Portugal

O regresso do CDS-PP à Assembleia da República marca um momento fundamental na nossa jornada política. Devemos encará-lo não como o fim de uma batalha, mas sim como o início de uma nova fase de trabalho incansável e dedicação renovada. Enquanto celebramos esta conquista, devemos permanecer atentos às oportunidades que se apresentam e aos desafios que enfrentamos.

A presença de dois deputados no parlamento nacional representa mais do que simplesmente uma representação política: é uma plataforma para promover as ideias e os valores que defendemos como partido. No entanto, compreendemos que esta conquista traz consigo uma responsabilidade ainda maior. Não nos podemos permitir cair na complacência ou no contentamento prematuro. Pelo contrário, é hora de redobrar os nossos esforços e concentrar a nossa energia na construção de uma base sólida para o futuro.

O CDS-PP sempre se destacou pela sua identidade e abordagem responsável aos desafios que enfrentamos como nação. Agora, mais do que nunca, é crucial que nos mantenhamos fiéis a esses princípios fundamentais enquanto adaptamos e fortalecemos a nossa mensagem e as nossas políticas às necessidades atuais.

As eleições legislativas mostraram a mudança que os portugueses tanto querem e como desejam solucionar os problemas que enfrentam diariamente. Como partido, temos a responsabilidade de ouvir atentamente essas preocupações e de oferecer respostas concretas e realistas. Isso significa não apenas reconhecer os desafios que enfrentamos, mas também demonstrar a nossa capacidade de enfrentá-los de frente, com coragem e determinação.

À medida que olhamos para o futuro, é imperativo que reconheçamos e valorizemos os talentos excepcionais desta casa, nomes estes que sempre mostraram o seu empenho pela causa pública. Reconhecer e valorizar os nossos quadros é fundamental para fortalecer a liderança e garantir uma representação eficaz dos interesses dos cidadãos. Sem nunca esquecer a vocação de partido popular, com conhecimento de causa dos problemas das pessoas, não por números ou estatísticas, mas pelo diálogo diário com o povo português, com uma linguagem correspondente.

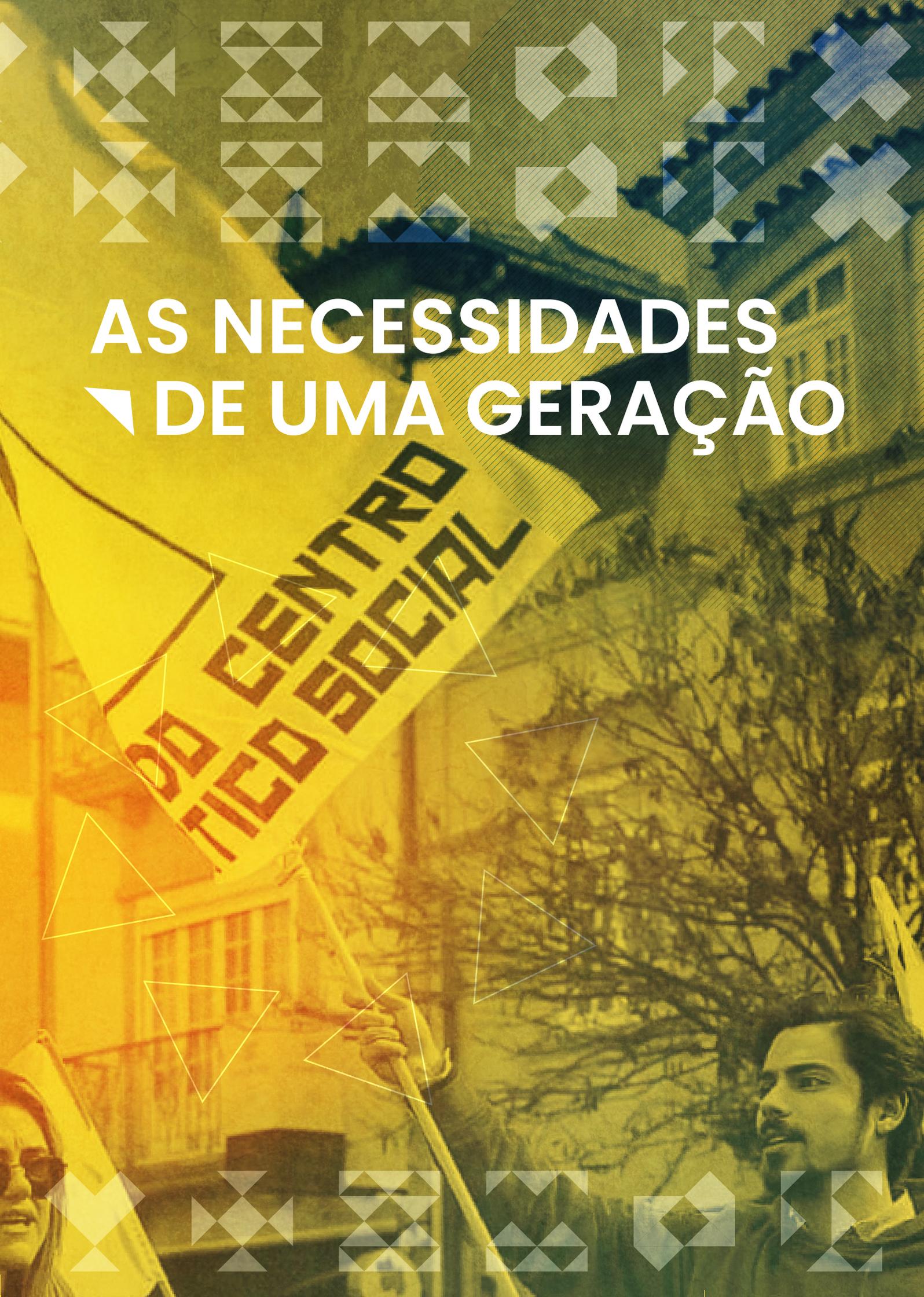


Assim sendo, é uma obrigação da Juventude Popular ser a coligação segura do partido. Queremos dar voz aos mais jovens, à geração mais bem preparada de sempre, para que não vingue a narrativa de que na política não há lugar para a juventude.

Em suma, encaramos os desafios que se avizinham com determinação e compromisso renovados. Estamos comprometidos em inovar, crescer e servir de maneira exemplar os portugueses.

**Juntos podemos construir a solução para Portugal.**



A photograph of a protest scene with a yellow banner that reads "CENTRO FEDERAL" in bold black letters. The banner is held by a person whose hand is visible. In the foreground, a man with dark hair and a beard is looking towards the right. The background shows a building and trees. The entire image has a yellow-green tint and is overlaid with a grid of geometric patterns (squares and triangles) and several white triangles pointing in various directions.

# AS NECESSIDADES ▶ DE UMA GERAÇÃO



Até janeiro de 2022, cerca de 19% da população portuguesa tinha entre 15 e 29 anos de idade, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de Portugal. São 1.957.000 jovens portugueses a quem temos e queremos responder.

No dia 10 de Março, a Aliança Democrática foi o projeto político que mais votos de jovens recebeu, e do qual o CDS-PP fez orgulhosamente parte. Não obstante, sabemos que o nosso partido tem muito espaço para melhorar a sua comunicação, devendo aproveitar esta oportunidade para se dirigir aos mais jovens. Os jovens portugueses enfrentam problemas em 6 grandes vertentes da sua vida:

- **Habitação:** O elevado custo da habitação em Portugal, sobretudo na zona litoral do país, não pode atrasar ainda mais aquela que já é a difícil saída dos jovens da casa dos seus pais, especialmente enquanto procuram o seu primeiro emprego e não conseguem emancipar-se na totalidade.
- **Natalidade e Família:** A família é o centro do desenvolvimento da pessoa. Apostar na família é apostar numa sociedade saudável, em que a vida de todos é valorizada desde a concepção até à morte natural. As crises da habitação e do emprego atrasam a emancipação dos jovens. Sem empregos estáveis e rendimentos que façam face às suas despesas (e lhes permitam poupar e/ou investir) e sem habitação própria, os jovens não serão capazes de constituir a sua própria família. Não será por acaso que a idade média de saída dos jovens de casa dos seus pais e a idade média das mães ao nascimento do primeiro filho são bastante próximas e, por sua vez, já avançadas.
- **Educação:** O acesso a uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens. No entanto, custos crescentes com a educação, falta de acesso a recursos educacionais e desigualdades no sistema educacional podem representar barreiras significativas para os jovens portugueses comprometendo o elevador social, que deste modo não funciona.
- **Emprego e formação profissional:** São muitos os jovens que em Portugal se deparam com dificuldades para encontrar emprego ou oportunidades de formação profissional que correspondam às suas expectativas e que se enquadrem nas suas competências.



- **Segurança e Defesa Nacional:** A juventude portuguesa enfrenta novos desafios relacionados com a segurança e a defesa nacional: novos conflitos militares que ameaçam a estabilidade europeia e os valores ocidentais, avanços nos ciberataques e uma evolução na perceção de insegurança. É com a promessa de segurança que a plena expressão dos direitos e liberdades dos cidadãos fica garantida.
- **Cultura:** Acreditamos que a cultura não só fornece meios de subsistência, mas também desempenha um papel crucial na coesão social. A nossa visão enfatiza a necessidade de uma estratégia abrangente e colaborativa que reconheça e promova todas as facetas do setor cultural. Devemos trabalhar para fortalecer o setor como um todo, em vez de privilegiar uma parte em detrimento de outras.





# A CRISE DA HABITAÇÃO TEM SOLUÇÕES



## É preciso viver com dignidade, mas como?

A crise habitacional em Portugal é um dos maiores desafios que afetam particularmente os jovens. A escassez de habitação acessível e a subida dos preços no mercado imobiliário tornaram-se uma realidade preocupante, criando obstáculos para os jovens portugueses que procuram independência e estabilidade.

Para muitos de nós, encontrar uma habitação que seja não só acessível, mas também de qualidade, é uma tarefa atualmente perto do impossível. Os altos preços de arrendamento e de compra de imóveis tornam difícil encontrar um lugar para viver que se encaixe no orçamento bastante limitado que a maior parte dos jovens tem. Tendo em conta que a maioria está a iniciar as suas carreiras profissionais, não possuem sequer as condições mínimas para o acesso ao crédito. Esta dupla condição de não conseguir arrendar nem comprar, empurra Portugal para o topo da tabela de países onde os jovens mais tarde saem de casa.

Além disso, a falta de habitação acessível impacta negativamente a qualidade de vida dos jovens. A incapacidade de encontrar habitação limita as oportunidades de emprego e educação, o que dificulta o seu acesso a melhores condições de vida e ao desenvolvimento pessoal. Muitos são forçados a viver em condições precárias, em espaços superlotados ou com falta de condições básicas, comprometendo sua saúde e bem-estar.

Este panorama pode conduzir à exclusão social, criando assim um fosso entre os jovens, com os mais vulneráveis a saírem mais afetados, e originando um ciclo de pobreza e marginalização que é difícil de quebrar.

É crucial que o governo e outros atores relevantes tomem medidas para abordar essa crise habitacional e garantir que todos os jovens tenham acesso a habitação segura, decente e acessível. Isso inclui a implementação de políticas que incentivem a construção de habitação social e a promoção de programas de apoio ao arrendamento para jovens em situação de vulnerabilidade.

Investir na resolução deste problema não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma medida essencial para garantir um futuro próspero para toda a sociedade portuguesa.



## **1. Aumentar a oferta**

- Colocação de 100% do património público devoluto para construção de habitação a preços acessíveis, com a ressalva para todos os imóveis de interesse histórico;
- Criação de um portal imobiliário do estado, dando informações acerca dos imóveis públicos devolutos;
- Alocação de toda a receita obtida na tributação de mais-valias patrimoniais para construção de um parque habitacional público;
- Estímulo à recuperação de casas pequenas e desatualizadas e sem eficiência/sustentabilidade, através de incentivos fiscais e da melhoria de acessibilidades e serviços, para as incluir no mercado real, reduzindo assim o número de casas vazias;
- Criação de incentivos ao investimento privado para aumentar a oferta de alojamentos estudantis a preços acessíveis, através da construção ou reconversão de prédios com pequenas unidades habitacionais independentes, compradas por investidores individuais;
- Aumentar a capilaridade e frequência dos transportes públicos, transferindo a gestão da CP e da Transtejo para o setor privado, revertendo a legislação que monopoliza e asfixia o serviço rodoviário nas áreas metropolitanas, e garantindo a execução do PRR no setor ferroviário.

## **2. Apoio à compra e arrendamento**

- Acesso a crédito em 100%, estabelecendo um mecanismo de garantia mútua a prestar pelo Banco Português de Fomento para as despesas iniciais na compra da primeira habitação própria permanente;

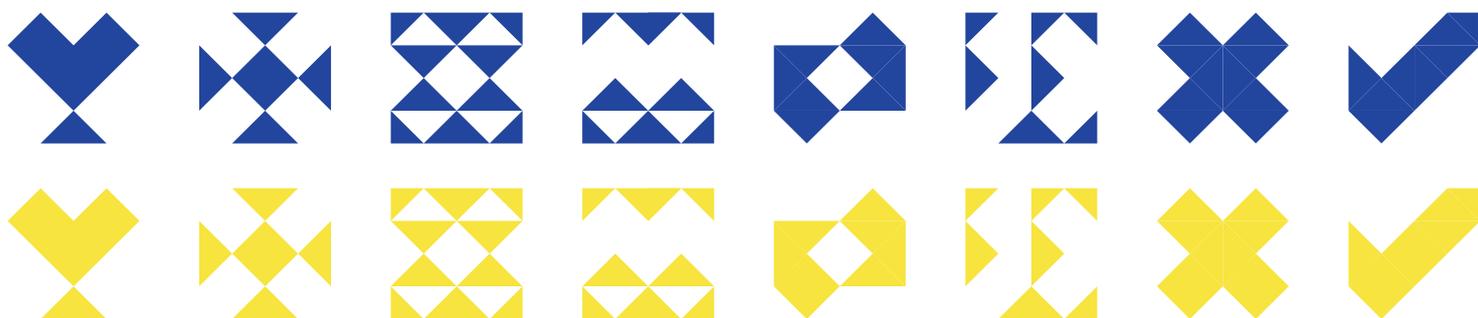
*Este mecanismo deve estender-se ao montante de crédito hipotecário (geralmente 10 a 15% do valor de aquisição) não coberto pela banca comercial;*

- Isenção de IMT na compra de primeira casa até aos 35 anos;
- Isenção de imposto de selo dos contratos de arrendamento e compra e venda para habitação própria permanente.



### **3. Tornar o regime fiscal mais justo**

- Redução da fiscalidade na construção para ajudar a compensar o aumento dos preços dos materiais de construção e mão-de-obra;
- Redução da taxa de IRS aplicada ao arrendamento tradicional;
- Revogação do Pacote Mais Habitação, lançando uma nova Lei de Bases da Habitação e garantir a redação de uma Lei de Bases para o Arrendamento;
- Redução da burocracia para nova construção e reabilitação de imóveis – que dificulta avanços – estabelecendo procedimentos comuns entre os vários municípios do país;
- Promoção de um clima de confiança e de atratividade no mercado de arrendamento comum, através da valorização legal do proprietário, que é sempre o primeiro prejudicado nas políticas de habitação;
- Apoio ao trabalho das autarquias locais na recuperação, manutenção e expansão do parque habitacional público municipal, ao invés de centralizar todas as decisões sobre o património no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;
- Isenção de IMT a quem se fixar no interior, compensando os municípios em causa;



The image features a close-up of a hand holding a baby's foot, set against a blue background. The hand is wearing a light-colored, textured glove. The baby's foot is wrapped in a soft, blue blanket. The background is decorated with various geometric patterns, including squares, triangles, and crosses, in shades of blue and white. The text "FAMÍLIA E NATALIDADE" is prominently displayed in the center in a bold, white, sans-serif font. A small white triangle is positioned to the left of the text.

**FAMÍLIA E  
NATALIDADE**



A Natalidade, a preservação da família e da vida são há várias décadas uma das bandeiras do CDS. Portugal, à semelhança de outros países europeus, atravessa, ao momento, um grande desafio relacionado com a demografia. A pirâmide etária está invertida e o saldo natural é negativo desde 2007. A população é cada vez mais envelhecida, e há cada vez menos nascimentos.

É necessário garantir que, quem pretende construir família, tem condições para tal. Este deve ser um desígnio nacional. Como foi abordado anteriormente, sabemos que o fator natalidade depende de outros. Vejamos:

**Emprego:** Nenhuma mulher pode ser afetada no emprego devido à natalidade. São necessários sistemas laborais direcionados para as famílias, em que haja maior flexibilidade de horários e possibilidade de teletrabalho (quando possível) para trabalhadores com filhos até aos três anos de idade e igualdade no período das licenças de parentalidade, de forma a inverter o ciclo de penalização existente nas empresas.

**Saúde:** Com as urgências de obstetrícia e maternidades encerradas por todo o país, concluímos que o SNS falhou às grávidas. Infelizmente, foram várias as mulheres que deram à luz à porta de hospitais, que percorreram quilômetros ao longo do país para o mesmo efeito e, tragicamente, algumas acabaram por perder a vida, sendo que os números relativos a mortes maternas atingiram valores próximos aos da década de 80. É urgente devolver as condições básicas de vida às mães, realizar partos em segurança e melhorar o acompanhamento durante a gravidez e o pós-parto.

**Creches:** O acesso a creches e ao ensino pré-escolar tem prejudicado várias famílias que enfrentam o dilema de não ter com quem deixar os seus filhos. O acesso a creches e ao ensino pré-escolar deverá ser universalizado, garantindo a cooperação entre os sectores público, social e privado.

## **1. Melhorar as urgências e o acompanhamento**

- É preciso terminar com os fechos das urgências de maternidades por mais de dois dias consecutivos;
- Organização da rede de maternidades com uma perspetiva nacional e não apenas local, para que nenhuma grávida seja mal encaminhada para um serviço de urgência inativo no dia em questão;



- Garantia de acesso a psicólogos nos hospitais para efeitos de saúde materna;

- Investimento nos centros de saúde e alas de maternidade, com mais médicos (com condições de vida favoráveis à profissão), para que não haja grávidas sem médico próprio, que acompanhe todo o período de gestação, com a possibilidade de fazer os exames de rotina e prevenção necessários como é o caso das ecografias – que nas urgências não se fazem;

- Aumento da licença de parentalidade para 9 meses;

- Isenção de IMT na compra/permuta de habitação, caso se verifique o aumento do agregado familiar e a nova habitação em apreço seja de tipologia superior.

## **2. Criar o “LAM” – Linha de Apoio à Maternidade**

- Criação de uma Linha de Apoio à Maternidade, como existe com a linha SNS24 ou como existiu na altura de pandemia para a Covid-19. Esta linha deve funcionar 24 horas nos 7 dias da semana, sem interrupções, para apoio somente a grávidas e aos primeiros 6 meses de vida do recém-nascido. A ideia é que, com uma linha dedicada, seja mais fácil ajudar em caso de dúvidas com comportamentos, ações, medicação, etc., sem que com isso as grávidas tenham de sair de suas casas.

## **3. As nossas crianças**

- Trabalhar em conjunto com o sector social e privado para consertar um plano de apoio às crianças mais carenciadas que, num contexto de maior procura do que oferta de creches, não têm capacidade financeira para recorrem aos modelos que não se integram na já sobrecarregada resposta de creche gratuita.

## **4. Saúde Mental**

- Criação de Gabinetes de Apoio Mental em todas as universidades e institutos politécnicos, com extensão às comunidades escolares de ensino secundário, em coordenação com as unidades de saúde mental dos hospitais de referência;

- Aumento da rede de psicólogos clínicos, garantindo rácio para o valor mínimo recomendado de 1 psicólogo para cada 5.000 habitantes.

# A EDUCAÇÃO COMO BASE DA SOCIEDADE





É fundamental que a educação siga um caminho fértil, pois é a base para a evolução e o progresso da sociedade.

Infelizmente, temos testemunhado a deterioração do ensino público em Portugal ao longo dos anos. O PS, autoproclamado defensor da escola pública, tem sido o grande responsável pela sua deterioração. O declínio da escola pública é uma tragédia para o país, que afeta particularmente as famílias com menos recursos económicos.

Somos diariamente bombardeados com notícias sobre problemas como a instabilidade na carreira dos professores e a desvalorização da profissão, que afetam diretamente a qualidade do ensino no nosso país; todas as semanas vemos que turmas inteiras não têm professores a disciplinas fundamentais. Enquanto isto acontece, parece que a esquerda está mais preocupada em transformar a escola pública num campo de doutrinação ideológica, impondo na agenda mediática questões tão supérfluas e absurdas como as casas de banho mistas. Não é isso que interessa aos portugueses: o que os portugueses querem é uma educação pública de qualidade, exigente e capaz de preparar os seus filhos e netos para o futuro. É esse o nosso compromisso, feito nas seguintes áreas:

## **1. Articulação entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior**

- Desenvolver um projeto-piloto de reforço e recuperação de aprendizagens, em modelo de tutoria, que envolva docentes no ativo, docentes aposentados e rede de explicadores, com o pontapé de saída numa escola por distrito, por um período de um ano letivo e análise posterior dos resultados e do impacto para continuação e expansão ou mudança de plano;
- Redução do peso dos exames na ponderação da nota de candidatura ao Ensino Superior, fixando-a entre os 30% e os 50%, estudando um novo modelo de acesso ao ensino superior, valorizando o papel das IES no perfil dos candidatos;
- Reintrodução dos exames obrigatórios trienais para o Ensino Secundário, independentemente de as disciplinas serem específicas para o acesso ao Ensino Superior.



## **2. Métodos de Ensino (Ensino Básico e Secundário)**

- Valorização da componente pedagógica no sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, autonomizando-a da componente científica;
- Utilização de mais ferramentas digitais e de incentivo positivo à aprendizagem autónoma;
- Redefinição dos currículos escolares, com foco em metodologias de partilhas de experiências pelos estudantes, promovendo soft skills tais como a capacidade de falar em público, mas também a aprendizagem num contexto de cooperação;
- Reforçar a flexibilização do currículo do estudante, tornando-o mais atrativo e que possibilite, sem um reforço das horas de aulas, ao estudante ter um currículo mais personalizado – modelo de transição deverá reconhecer o ónus da determinação do currículo escolar para a instituição escolar em causa, alterando o paradigma no ensino secundário com disciplinas estanques às áreas/cursos pré-determinados;
- Permitir o alargamento das disciplinas de línguas a alunos que não tenham as mesmas no currículo escolar (e, eventualmente, não-alunos), sempre que o número de inscritos seja um impedimento para não abrir turma;

## **3. Financiamento do Ensino Superior**

- Garantia de aumento da dotação anual das Instituições de Ensino Superior no mínimo de 2%, sendo que em períodos de inflação esta deverá ser ajustada;
- Valorização dos indicadores de desempenho das Instituições, nas áreas de investigação e desenvolvimento no financiamento das mesmas, por forma a alterar o contexto de ponderação orçamental essencialmente centrada na execução do ano anterior.



#### **4. Ação Social em âmbito académico**

- Aumento da dotação orçamental para a Ação Social, procurando garantir maior autonomia e ação aos Serviços de Ação Social de cada organização;
- Realização de um estudo abrangente que identifique o real impacto do abandono escolar no Ensino Superior e as suas razões;
- Aumentar o limiar de elegibilidade para acesso às Bolsas de Estudo do Ensino Superior;
- Introdução de um novo modelo de cálculo das Bolsas, contemplando o real custo de frequência do Ensino Superior;
- Definição do valor da bolsa com duas componentes variáveis: os rendimentos do estudante ou do seu agregado familiar, bem como do cálculo dos custos reais de frequência do curso de estudo. O valor da bolsa mínima não deverá ser inferior ao atual, sendo que para cada curso deverá haver um cálculo do mesmo, em função dos custos associados;
- Comparticipação para que os estudantes do Ensino Superior privado possam usufruir do menu “prato social” nas cantinas de todas as Instituições públicas;
- Alargamento do Programa “+Superior” para os ciclos de estudo de Doutoramento;
- Efetivação do regime do trabalhador-estudante e do estudante atleta, garantindo o seu integral cumprimento e salvaguarda junto das Instituições de Ensino Superior;

#### **5. Alojamento Estudantil**

- Garantir a execução a 100% do Plano Nacional Para o Alojamento no Ensino Superior;
- Apresentação de relatórios de execução e previsão do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, bem como responsabilização pelos atrasos verificados – regulamentação e fiscalização;



- Atribuição de benefícios fiscais para senhorios que arrendem quarto a estudantes e/ou investigadores no Ensino Superior a preços abaixo da média da oferta, tendo como referência o complemento ao alojamento.

## **6. Internacionalização**

- Apoio às instituições portuguesas que participam em alianças europeias – algo que sucede já noutros países da Europa, em particular para promover a mobilidade, investigação e cursos conjuntos;

- Reforço do programa Erasmus+ e similares, de modo a abranger mais estudantes e recurso a mobilidade virtuais para complementar as modalidades presenciais;

- Desburocratização do processo de aquisição de vistos de estudo, bem como o reforço das bolsas destinadas à comunidade CPLP.

## **7. O bem-estar dos estudantes importa**

- Garantia do cumprimento do rácio de um psicólogo para cada 750 alunos (Resolução Assembleia da República no 158/2021, de 4 junho), que hoje falha, concretizando-a de forma faseada: atingindo a meta dos 650 alunos numa fase inicial, corresponde aos primeiros dois anos da legislatura;

- Garantia da oferta de uma alimentação equilibrada e de qualidade nas cantinas das Instituições de Ensino;

- Reforço do financiamento ao Desporto e entidades que o promovem, não o fazendo depender da tutela exclusiva da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

## **8. Inovar na Ciência**

- Criação de um Conselho de Inovação para o Ensino Superior, que se deve pronunciar e emitir recomendações e pareceres relativos a esta temática;

- Revisão do regime de exclusividade dos bolseiros, permitindo que esses possam exercer outras atividades;



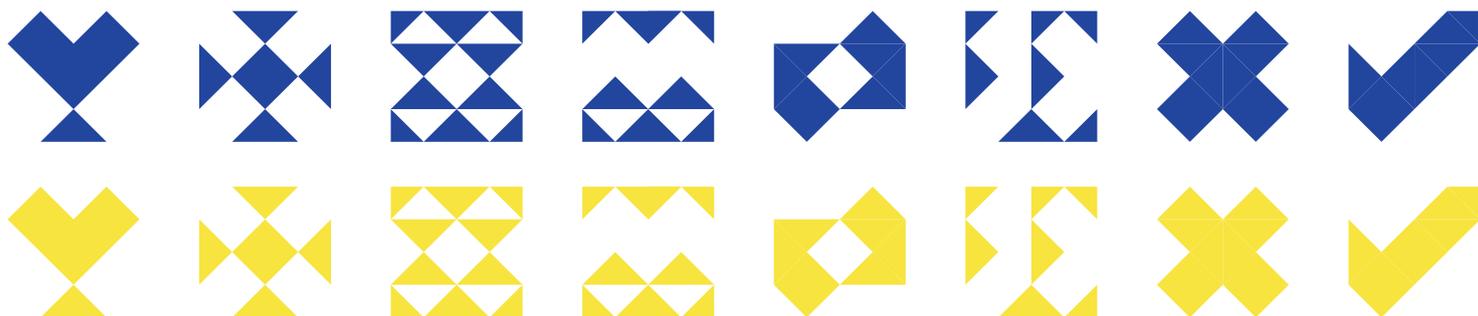
- Revisão do funcionamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, bem como dos recursos atribuídos por esta última, promovendo maior transparência na atribuição e concurso de bolsas.

## **9. Liberdade na educação**

- Dar liberdade de escolha na educação às famílias, mitigando as limitações que o código postal impõe, por duas vias:

- a) Introdução de ação social em todas as escolas do setor particular, como contrapartida ao tratamento fiscal benéfico que atualmente dispõem;

- b) Alteração do critério da frequência das escolas, integradas na rede de ensino público, através de um método de sorteio como ocorre, com as devidas proporções, em alguns modelos de ensino anglo-saxónicos (sorteio de 10% das vagas para início de ciclos, podendo os alunos candidatar-se a essas vagas, sem limitar o processo de candidaturas a outras escolas, e independentemente da sua morada de residência ou local de trabalho dos encarregados de educação).



# QUEBRAR O CICLO DE POBREZA





Nos últimos anos, Portugal enfrentou graves e grandes desafios económicos, mas é pelo enorme potencial das novas gerações que a recuperação económica tem de passar. É tempo de investir no potencial empreendedor e inovador da juventude portuguesa.

Ao invés de olhar exclusivamente para o passado e ficarmos presos nele, queremos olhar para o futuro com otimismo e determinação.

É a falta de investimentos efetivos na educação e formação profissional que queremos combater. Queremos preparar os jovens para os desafios do mercado de trabalho moderno, tarefa em que o governo português tem falhado com a ausência de políticas e programas destinados a apoiar os jovens empreendedores e a promover a empregabilidade juvenil.

A reforma digital que a nossa geração está a atravessar traz consigo um amplo leque de oportunidades de envolvimento em setores que serão “setores-chave” da nossa economia, como seja nas tecnologias de informação, inteligência artificial e biotecnologia. Esta é a oportunidade de criarmos uma aproximação da juventude a esta realidade e de colocar Portugal na dianteira deste projeto.

Juntos, podemos construir um futuro para os jovens portugueses, capacitando-os a alcançar seu pleno potencial e contribuir para o progresso contínuo de Portugal.

## **1. Reformar o IRS**

- Criação de um regime especial de IRS para jovens que se fixem nos concelhos com baixa densidade populacional;
- Criação do IRS negativo para trabalhadores e famílias com rendimentos baixos, permitindo uma política de distribuição de rendimento mais neutra para o setor privado e mais eficaz no combate às desigualdades, configurando uma alternativa ao rendimento social de inserção e aos apoios sociais, ao promover o trabalho efetivo, ao contrário da perpetuação de uma cultura de incentivos à abstinência laboral.



A título de exemplo, esta medida visa um incentivo de promoção de emprego, através da alternativa à aplicação de determinadas prestações sociais (RSI ou subsídio social de desemprego), bem como uma medida de apoio a trabalhadores que se integram numa situação de rendimentos inferiores ao mínimo garantido, nomeadamente em situações de estágio ou *part time*, por meio da atribuição de uma prestação mensal de 50% de 1/12 da diferença entre o mínimo de existência (11.480€) e os valores declarados no IRS, sempre que essa diferença seja positiva. Funcionaria, assim, como uma taxa de IRS negativa de 50% que recai sobre esta diferença e é colocada no bolso do trabalhador. Este sistema permite que quem mais trabalha veja esse esforço recompensado na medida das suas contribuições.

- Adoção do IRS Jovem de forma duradoura e estrutural, que implica uma redução de 2/3 nas taxas atualmente aplicáveis, com uma taxa máxima de apenas 15%, aplicadas a todos os jovens até aos 35 anos, com exceção do último escalão de rendimentos;

- Isenção do pagamento de IRS para trabalhadores-estudantes até aos 25 anos e com rendimentos até 20.000€ anuais;

- Possibilidade de dedução reforçada em sede de IRS de despesas relacionadas com serviços de enfermagem, no quadro de famílias com cuidadores;

- Dedução em sede de IRS de 30% do valor dos juros do crédito à habitação, com um valor máximo anual de 1.018,56 euros (2 vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais).

## **2. Simplificar o Empreendedorismo e Inovação**

- Fixação de IRC a 12% para empresas nos primeiros 5 anos de atividade;

- Simplificação do processo de plataformas e de registos como é a declaração de faturação e candidatura a concursos públicos sem necessidade de deslocação presencial ou contacto telefónico;

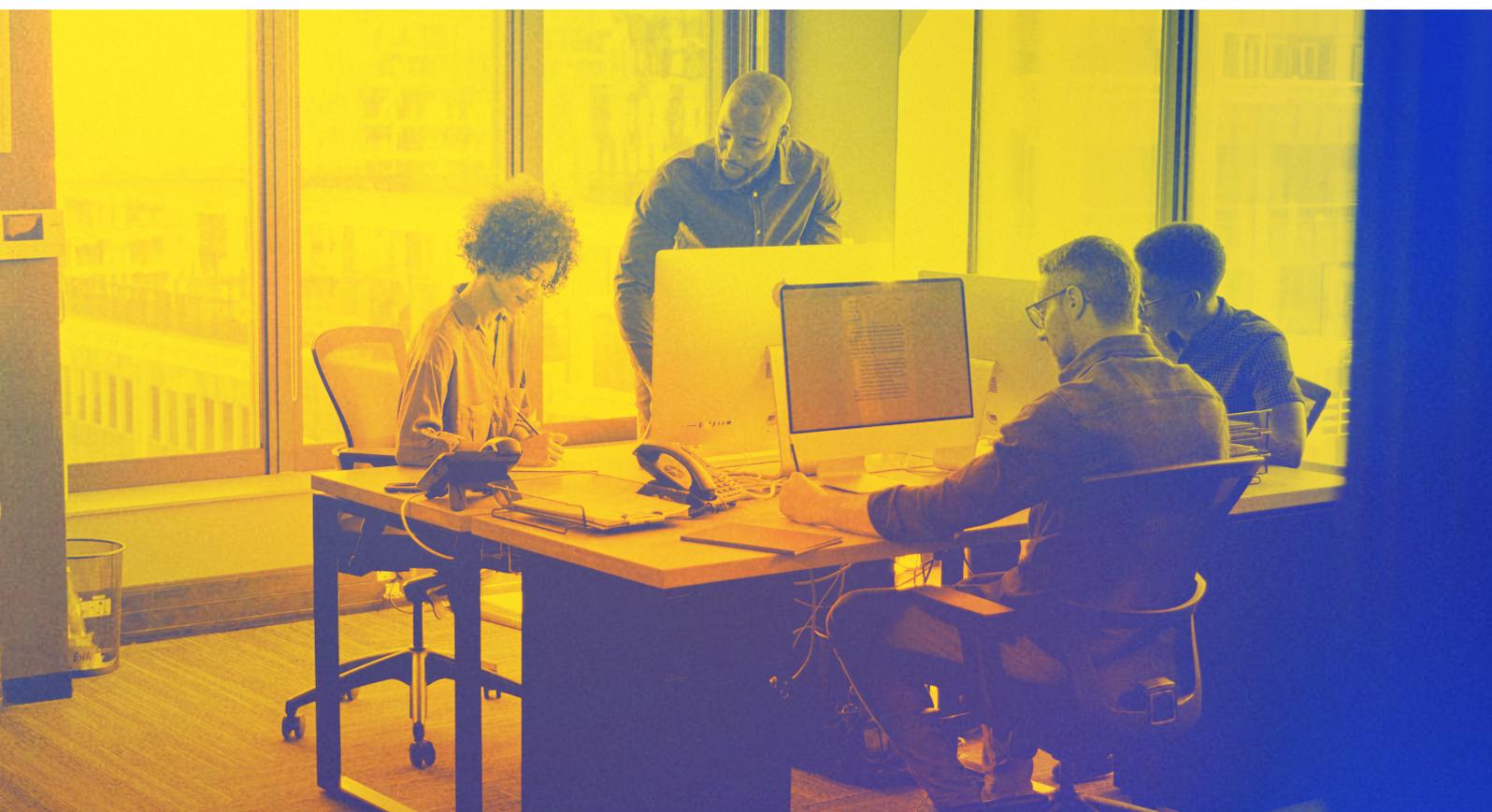
- Os rendimentos provenientes da cessão ou da utilização temporária de patentes, desenhos ou modelos industriais desenvolvidos em Portugal, deverão ser considerados apenas em 80% no cálculo do lucro tributável;

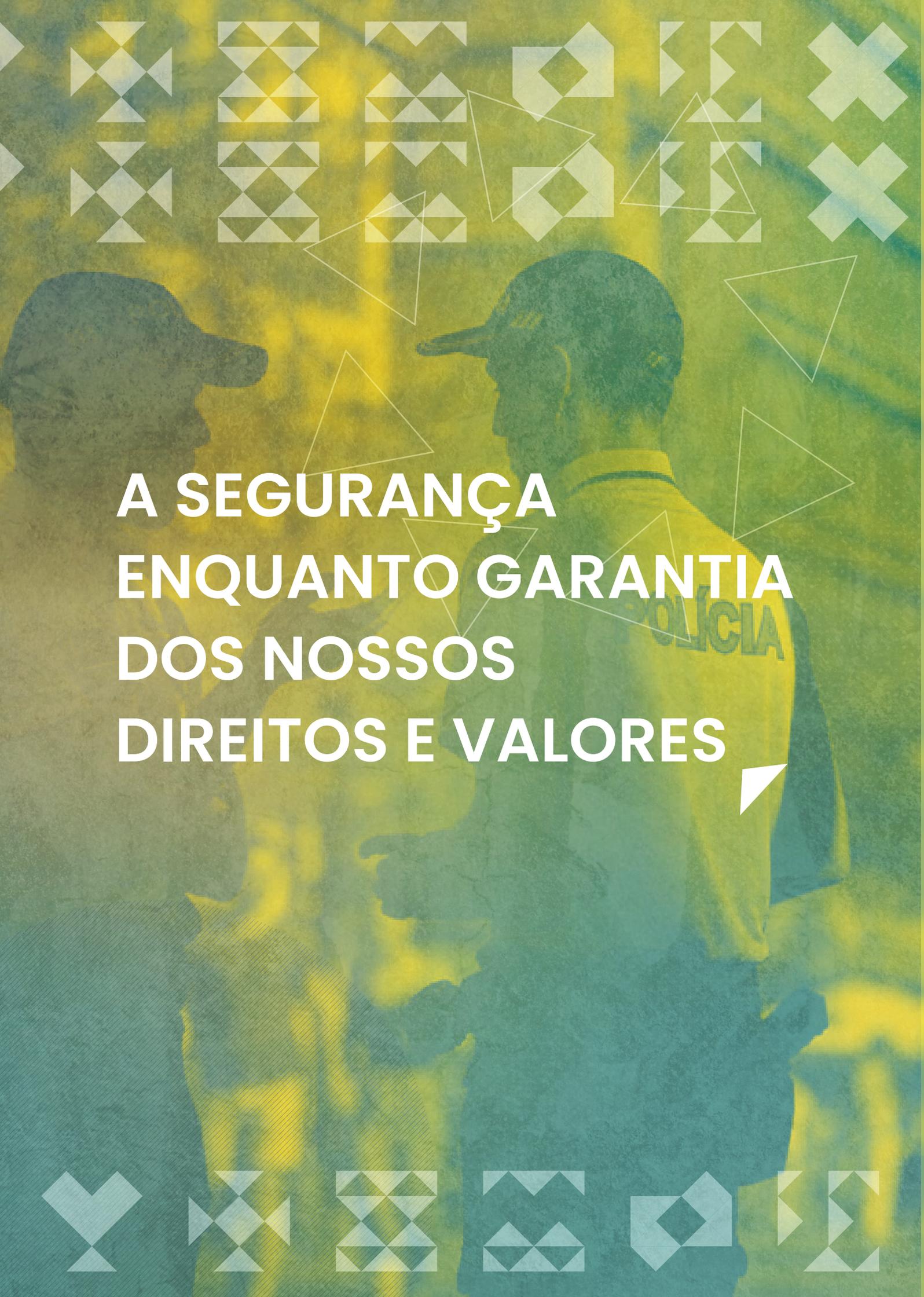
- Ativar de facto a linha de acesso ao crédito para empresas inovadoras (Startups) através do Banco Português de Fomento, que ao dia de hoje não acontece.



### **3. Apoiar as empresas e os trabalhadores**

- Eliminação da derrama estadual de IRC;
- Introdução de incentivos fiscais para a fixação de empresas no interior, com taxa máxima de 15% de IRC;
- Criação de gabinetes de apoio a candidaturas aos fundos europeus em todos os distritos;
- Atribuição de fortes incentivos a todas as empresas que garantam a oferta de creches para os filhos de trabalhadores;
- Possibilidade de atribuição do 15º mês, isento de impostos e contribuições.





**A SEGURANÇA  
ENQUANTO GARANTIA  
DOS NOSSOS  
DIREITOS E VALORES**



Ao fim de mais de duas décadas, os fantasmas da guerra regressam ao continente europeu e ameaçam novamente a estabilidade, soberania e segurança portuguesas, no contexto nacional e global. Se as guerras na ex-Jugoslávia, que duraram uma década, foram palco de crimes de guerra e mais de 140.000 fatalidades, na invasão da Ucrânia pela Federação Russa já se estima que ocorreram mais de 300.000 mortes (em ambos os lados do conflito), em pouco mais de dois anos.

Para além disso, novos horizontes de incerteza surgem por todo o globo, com a escalada de tensões no Médio-Oriente e com os níveis alarmantes de rearmamento, especialmente visíveis no continente asiático.

É neste contexto que é essencial garantir aos jovens portugueses um conjunto de respostas para estas múltiplas ansiedades. A discussão em torno da segurança nacional reveste-se de uma urgência renovada, bem como o compromisso para a proteção da nação, através da capacitação das nossas forças armadas e forças de segurança, e de um maior investimento na defesa militar.

Paralelamente, os avanços tecnológicos continuam a gerar uma nova dimensão de ameaças, destacando-se os ciberataques como uma preocupação crescente que continua em segundo plano.

Por fim, um contexto económico fragilizado, já mencionado, em matéria de pobreza e habitação, aliado a tensões sociais que permitem uma perceção crescente de insegurança, apresentam-se como desafios internos que necessitam de uma solução ágil e eficaz que dê resposta a todos, sem menosprezar qualquer grupo de cidadãos.

As propostas destacadas visam não apenas enfrentar os desafios imediatos, mas também preparar Portugal para os futuros cenários de ameaça, e assegurar a estabilidade e a prosperidade do país, num ambiente geopolítico em constante evolução.

## **1. Defesa Nacional**

- Reforçar o investimento em Defesa: antecipar o cumprimento do objetivo definido pela NATO até 2030, 2% do PIB em despesas militares, e considerar como valor de referência mínimo e não como um teto;



- Garantir a capacidade, os meios e a prontidão das Forças Armadas para o cumprimento das suas missões: reforçar os incentivos e melhorar condições salariais para os militares e Praças, de forma a garantir o recrutamento de voluntários necessários.

## **2. Proteção de Dados**

- Devem ser implementadas medidas com vista a uma maior sensibilização da Sociedade para o direito fundamental à proteção de dados, aumentando a capacitação quer humana, quer financeira da CNPD, tornando a mesma cada vez mais autónoma. Esta maior capacitação deverá ser efetuada com vista a promover uma maior, e melhor, fiscalização de todas as entidades, por forma a que a atuação da CNPD seja mais proativa, ao invés de reativa. Deve o Estado, por outro lado, ser objeto de uma maior fiscalização, também, uma vez que muitas instituições públicas não cumprem com os requisitos do RGPD, nem a nível de segurança, nem a nível legal e procedimental. O destino das coimas deveria ser totalmente revertido para a CNPD, ao em vez de 40% das coimas cobradas reverterem para o Estado;

- Deve ser, como já devia ter sido, instituído um ano para a sensibilização e em seguida iniciar a fiscalização. Deveria ser utilizado um método de sensibilização idêntico ao utilizado pelo CNCS em 2022, com a organização de sessões estilo roadshow pelo território nacional e, do ponto de vista de transparência das decisões tomadas pela CNPD, deveria ser implementado o mesmo método prosseguido pela Autoridade da Concorrência;

- Com o objetivo de colmatar alguma falta de estrutura, deveria ser efetuada uma análise sobre a possível colaboração entre a CNPD e diversas entidades, nomeadamente a ASAE, a ACT, e o CNCS, uma vez que estas entidades têm uma rede de fiscalização já montada e robusta;

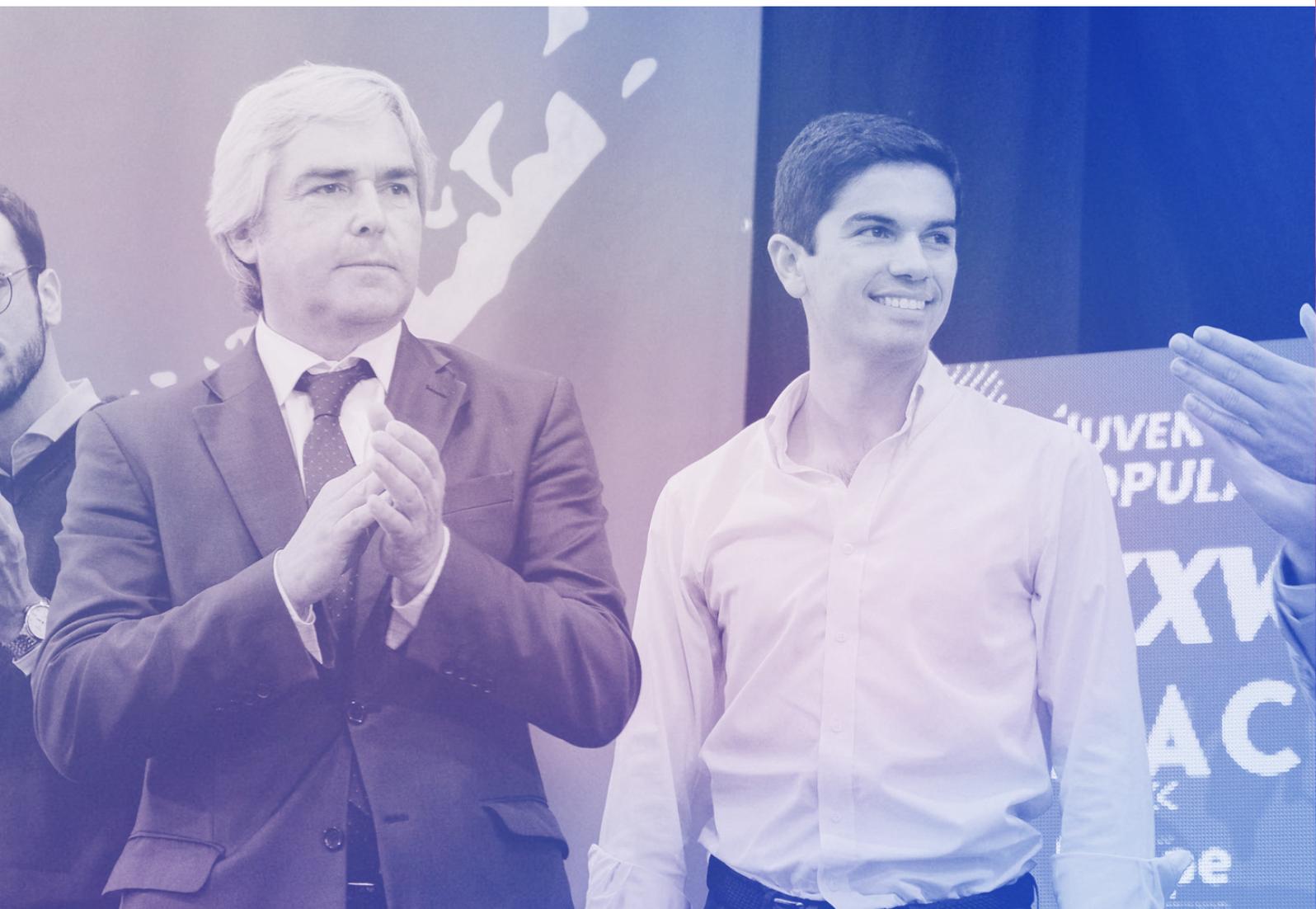
- Após uma reestruturação da CNPD, e da sua maior capacitação, devem ser-lhe estabelecidos objetivos, que posteriormente deveriam ser fiscalizados em sede da Assembleia de República, anualmente.



### **3. Segurança Interna**

- Dar um sinal claro ao país de que estamos comprometidos com o controlo fronteiriço: depois da trapalhada do PS, é tempo de reconstruir o SEF. Paralelamente, devemos começar a desenhar um sistema de quotas anuais para a imigração, com foco setorial, etário e de qualificações, para garantir uma imigração ordeira e controlada.

- Estender acordos com as autarquias críticas em matéria de instalações (construções de postos e esquadras), que possam ser concretizadas com recurso a contratos com as autarquias. Esta criticidade deve incidir nos concelhos com uma taxa de criminalidade superior a 40 crimes por 1.000 habitantes, como acontece no distrito de Faro.





# CULTURA



Em relação à cultura, a Juventude popular sempre teve presente a seguinte máxima: A cultura é, não só uma forma de subsistência para milhares de portugueses, como a cola que une o tecido social do país.

Por isso a nossa visão assenta na necessidade da criação de uma estratégia comum e concertada, com uma visão complementar das diferentes valências oferecidas pelo setor e que procure a promoção do setor como um todo e não apenas de uma parte em detrimento das outras.

## **1. Uma política de cultura nacional**

- A política cultural deve alinhar-se à nossa visão de país. Em vez de contribuir para dividir os portugueses, a cultura deve contribuir para os unir. Assim, a JP continua a defender a concretização do Museu dos Descobrimentos, garantindo que papel português no mundo não seja desfigurada por exercícios de revisionismo histórico.

- Portugal precisa de estar na linha da frente da lusofonia. Por isso, defendemos a criação de uma Biblioteca Universal da Língua Portuguesa, que seja também um acervo de toda a produção literária do mundo lusófono, tal como de um Dicionário Universal da Língua Portuguesa.

## **2. Desburocratizar o setor da cultura**

- É imperativo facilitar a vida dos agentes e trabalhadores do sector da cultura. Isto significa desburocratizar, baixar impostos, reduzir obstáculos às suas vidas.

- Reduzir obstáculos é garantir que os técnicos culturais, imprescindíveis para o sector, tenham os mesmos benefícios e apoios fiscais que os restantes agentes do sector. Defendemos, por isso, a isenção de IVA para os técnicos culturais, da mesma forma que existe para atores, músicos, e outros agentes culturais.

- O IVA na cultura tem de estar todo a 6%: isso implica reduzir o imposto no caso dos espetáculos tauromáquicos. A tauromaquia é parte da cultura portuguesa e a JP está do lado do sector tauromáquico e do seu valor e significado simbólico para a vida cultural portuguesa.

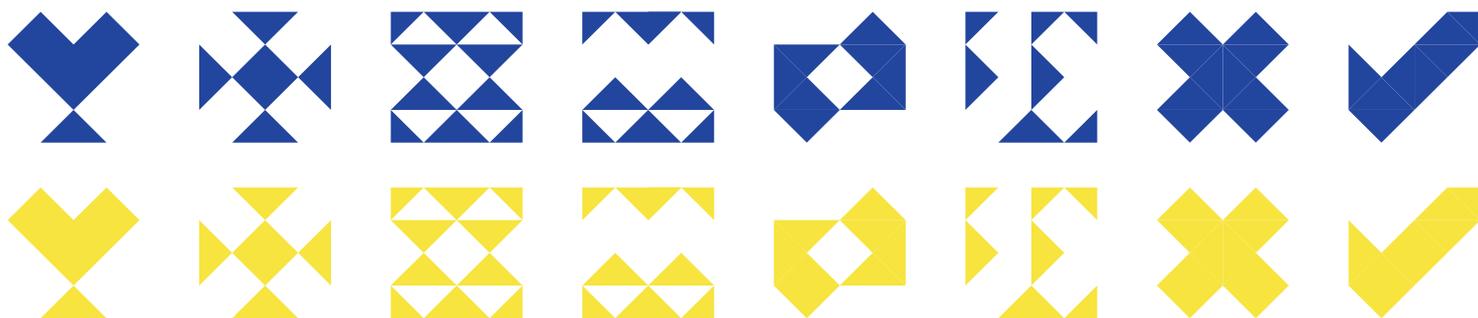


### **3. Apostar na criação de audiências**

Durante muitos anos o rumo traçado para as políticas culturais teve um enorme enfoque na produção, quer seja por via do financiamento direto da produção cultural, a promoção do ensino artístico, os regimes fiscais específicos para criadores culturais entre outros.

Reconhecemos que esse rumo tem sido essencial para a criação da realidade cultural vibrante que se vive em Portugal, contudo não podemos deixar de reconhecer que a mesma criou um desequilíbrio que prejudica o sector como um todo e os seus agentes em particular. Nesta fase a produção cultural é muito maior do que a capacidade do mercado de a absorver, o que leva a perdas financeiras, casa vazias e frustrações dos seus agentes.

Consideramos que o caminho não passa, de todo, pelo corte de apoios à produção cultural, mas sim o desenvolvimento de uma estratégia concertada de criação de novos públicos. Isto passará pela criação de plataformas de divulgação artística, pela ativação de públicos adormecidos e pouco explorados, pela movimentação da arte para as pessoas e não das pessoas para a arte e pela organização de campanhas de comunicação de âmbito genuinamente nacional direcionadas para a necessidade do consumo cultural.



# UM PARTIDO COESO





O CDS-PP tem pela frente diversos desafios para recuperar o seu espaço e relevância política após a ausência nos últimos dois anos do Parlamento.

Apresentamos alguns pontos que o partido deve considerar:

**Renovação e rejuvenescimento:** Ser capaz de cativar as gerações mais jovens e de os aproximar da política ativa para que tragam a sua qualidade e pensamento, mas também a sua presença de ocupação geracional para o futuro;

**Definição clara da identidade e propostas:** Pode ser claro internamente e não ser externamente a quem se destina cada política. Reafirmar a identidade política e apresentar propostas distintas para os portugueses deve ser o objetivo do partido, com uma definição das prioridades e da diferenciação das mesmas;

**Coligações estratégicas:** A melhor e mais forte coligação que o partido terá será sempre com a Juventude Popular. Desenvolver um trabalho em conjunto e que resulte numa melhor organização interna trazendo mais jovens, mais visibilidade e mais qualidade. Trabalhar com base na transparência e confiança, dando palco às necessidades dos mais jovens, ouvindo e envolvendo a estrutura para que a Direita Certa volte a crescer em Portugal;

**Visão financeira para futuro:** Sendo este um partido que, tão bem, olha para as iniciativas privadas deve também encontrar forma de se renovar financeiramente não apenas com a quotas mas organizado eventos, fazendo venda de merchandising ou dinamizando os seus espaços de alguma forma.

Posto isto, seguem-se os grandes focos que a curto prazo terão um alto impacto para ultrapassar estas dificuldades:

## **1. Simplicidade e modernidade na comunicação**

Para um partido político melhorar a sua comunicação externa e aumentar o seu reconhecimento entre a população, é crucial adotar estratégias eficazes de comunicação e envolvimento, bem como recursos humanos especialistas na matéria, que comportem valor e criem um plano de comunicação transversal.

Nem com as melhores propostas e ideias políticas para o país um partido ou político é ouvido se não souber como comunicar, quando e onde.



**Definição de mensagem clara e coerente:** O partido deve identificar as principais mensagens e valores e comunicá-los de forma clara e consistente em todas as plataformas de comunicação que se pretendem utilizar, e dos seus representantes vezes e vezes sem conta, para que o que verdadeiramente são as bandeiras sejam transmitidas, e sobretudo, assimiladas. Isso ajuda a criar uma identidade reconhecível e a construir uma base sólida de apoio.

**Utilização de múltiplos canais de comunicação:** Para alcançar diferentes segmentos da população, é importante avaliar onde estes se encontram e diversificar os canais utilizados. Isto inclui redes sociais, sites, flyers, outdoors, e-mail marketing, marketing digital, merchandising, eventos presenciais e campanhas publicitárias, media tradicionais, entre outros.

**Conquista de espaço e comunidades digitais:** As redes sociais desempenham um papel crucial na comunicação moderna e na vida de pessoas sem tempo, como se verifica atualmente. O partido deve estar ativo e envolvido nas principais plataformas de redes sociais interagindo com os seguidores e promovendo o diálogo e a participação. Quanto mais partilhas, mais palco.

**Personalização e segmentação:** Adaptar a comunicação para atender às necessidades e interesses específicos de diferentes grupos demográficos aumentando o envolvimento e a relevância do partido para a população em geral.

**Colaboração com líderes de opinião:** Trabalho em conjunto com líderes de comunidades e outros perfis de opinião fortes que ajudam a ampliar o alcance e a credibilidade da mensagem do partido tendo em consideração os nomes internos que já existe, exemplo de Cecília Meireles, mas também nomes que sejam apoiantes dos nossos ideais e propostas.

**Sensibilização e educação:** Promover as políticas e propostas através de campanhas de sensibilização e educação sobre questões importantes para a população, ajudando a aumentar o conhecimento e a compreensão sobre esses temas.

**Análise de dados e feedback:** Utilizar análises de dados e feedback da população para avaliar a eficácia das estratégias de comunicação e fazer ajustes conforme necessário. Nunca basear a comunicação em “achismos” e tendências gerais.

**Diálogo e envolvimento:** Criar espaços de diálogo com as mulheres para



entender as necessidades, preocupações e prioridades, e incorporar essas vozes na formulação de políticas e programas.

**Plano e estratégia:** O CDS-PP assim como qualquer outra empresa ou marca, precisa de se posicionar no mercado. Para esse efeito, e para se alavancar, necessita de um plano de comunicação estruturado, com objetivos concretos e caminhos a seguir. Em suma, esse plano de comunicação terá uma estratégia definida, que é essencial ser seguida, com um pensamento a longo prazo, que impera. É nesse plano que constam todos os materiais e canais de comunicação a serem usados e porquê. Isto quer seja a nível de media, meios tradicionais, a nível de redes sociais e site ou comunicação offline.

## **2. Exposição de caras jovens**

Um partido deve dar palco aos mais jovens implementando várias estratégias que promovam a participação e o envolvimento ativo dessa faixa etária na vida política, por forma a demonstrar que a população mais nova pertence sim à política e à vida partidária, incluindo caras femininas.

**Trabalho de mão dada:** Ao dia de hoje existe uma margem monumental de melhoramento entre os processos aplicados pelo CDS-PP e pela JP. Mesmo tendo, a JP, a sua autonomia, o caminho é feito lado a lado com o partido e por isso o trabalho também deve ser o trabalho de organização e planeamento. Exemplo de comunicação em conjunto, comunicação para militantes da JP maiores de idade e construção de políticas em conjunto;

**Aposta na Escola de Quadros:** Para além de um momento para conectar líderes políticos mais experientes com jovens, a EQ é onde se criam os novos protagonistas que irão renovar o partido. É necessário um aumento do investimento para o sucesso este evento que já provou ter a importância e impacto para um envolvimento e interesse maior do que é dado;

**Promoção de candidatos jovens:** Incentivar e apoiar a candidatura de jovens para cargos políticos em todos os níveis, desde as Autarquias ao Parlamento. Isso não garante apenas uma representação mais diversificada, mas também traz novas ideias e perspetivas para o partido, que se quer sempre a evoluir.

**Organização de eventos e workshops:** Realizar atividades em conjunto com a juventude popular direcionadas aos jovens sobre temas como educação cívica, liderança, habilidades de comunicação, advocacia política e outros, para os capacitar no envolvimento ativo na vida política.



### **3. CDS, uma força autárquica**

Para além de liderar os executivos camarários, e em maioria absoluta, em seis autarquias (Velas, Santana, Ponte de Lima, Vale de Cambra, Oliveira do Hospital e Albergaria-a-Velha), o CDS é um parceiro natural do PSD em dezenas de municípios. Não obstante uma sólida integração local e fortes quadros provenientes do partido e do seu maior aliado, a Juventude Popular, é necessário continuar a evolução e aperfeiçoamento do trabalho autárquico, especialmente durante o futuro mandato 2024-25, que se revelará importante para as Eleições Autárquicas do último trimestre de 2025.

**Alinhamento a Comunicação:** Gestão recorrente das bases de dados de todos os autarcas CDS; Comunicação segmentada para todos os nossos autarcas, de forma regular e com conteúdo relevante, como alterações de legislação, atualização de minutas e assuntos de carácter nacional que podem afetar o poder local (para que a comunicação top-down esteja alinhada); Atualização constante de pastas partilhadas onde é possível alojar documentos relevantes para a quotidiano autárquico.

**Insistir na Formação e Networking:** Revitalizar e dinamizar o Conselho de Coordenação Autárquico; Criar um Manual Autárquico Digital acessível a todos os militantes e todas as estruturas; Insistir na formação dos nossos quadros, futuros e atuais autarcas, a nível regional e nacional (o que permite a polinização de conhecimento inter-concelhias); Continuar a organização dos Encontros Nacionais de Autarcas Centristas/Populares.

**Um Partido orientado para o Futuro:** Na última década, a Juventude Popular tem sofrido uma colossal transformação em toda a sua estrutura e organização: com militantes mais proactivos e capacitados. Com estas provas dadas, é imprescindível reforçar o número de candidatos e candidatas elegíveis, provenientes da JP, nas listas às próximas Eleições Autárquicas.

### **4. Europeias à vista**

A JP defende que o caminho a percorrer deve passar por 3 Rs. É preciso reformar, revitalizar e regenerar. Devemos reformar e assim evitar mudanças abruptas e potencialmente revolucionárias, desde logo através de ações decisivas ao nível da economia e da energia. Devemos revitalizar alguns setores hoje mais adormecidos, como a relação com países semelhantes e tradicionalmente aliados desde logo os EUA, mas também a Noruega, a Suíça e, claro, o Reino Unido.



Devemos regenerar a Europa, tornando-a competitiva e evitando a homogeneidade.

Esta é uma agenda positiva com uma visão e um querer. Apresenta-se europeísta e realista. Soberana e cosmopolita. Só assim poderemos reformar, revitalizar e regenerar.

**A Ucrânia:** A JP pede às Nações Unidas que tomem uma ação decisiva no sentido de proibir que um país agressor como a Rússia se mantenha na liderança do Conselho de Segurança. Devemos também continuar a apoiar de forma inequívoca e durante o tempo que for necessário. Em particular, apoiar o envio de armamento seja ele produzido na Europa ou não;

**União Europeia e a China:** A União Europeia deve insistir para que a China utilize a sua diplomacia para convencer a Rússia a tirar todas as suas tropas do território ucraniano e que a China interceda para que a Rússia não coloque armas nucleares na Bielorrússia. Portugal e a União Europeia devem apoiar de forma expressiva Democracias liberais como o Japão e a Coreia do Sul. Mais ainda, Portugal e a UE devem apoiar Taiwan, persuadindo a China de qualquer intenção de invasão do estreito e preparando desde já uma resposta feroz no caso de isso acontecer;

**Europa marítima:** Propomos a criação do grupo Europa Marítima, que contaria com a participação de todos os países com ambições atlânticas e que queiram definir e partilhar estratégias comuns rumo a uma Europa mais atlântica, marítima e menos continental. Este grupo contaria desde logo com a Irlanda, Dinamarca, Suécia e Países Baixos. Para além destes, o reino Unido seria imediatamente convidado para pertencer enquanto membro observador;

**Convergência económica:** É muito importante completar o mercado interno e assegurar um mercado único de livre comércio. Assim, defendemos a mobilidade sem barreiras para que qualquer cidadão europeu possa abrir a sua empresa em qualquer Estado Membro. É essencial evitarmos o caminho da harmonização fiscal, especialmente para um país como Portugal. A liberdade fiscal e concorrência dentro da União é dos poucos – e mais eficazes – instrumentos de atração de investimento e de criação de economias pujantes.

**JUVENTUDE  
POPULAR'**

